

Correios: empréstimo suspenso tinha custo elevado; entenda impacto da diferença na taxa de juros

Tesouro Nacional não deu aval para operação a 136% do CDI ofertada por grupo de bancos para estatal

Por **Bernardo Lima** — Brasília

03/12/2025 00h00 · Atualizado há 6 horas



Centro de Tratamento de Encomendas dos Correios em Benfica, Zona Norte do Rio — Foto: Fernando Frazão/EBC/Agência Brasil

O empréstimo de R\$ 20 bilhões que era negociado pelos Correios foi suspenso porque o Tesouro Nacional não aceitou a taxa de juros de 136% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) cobrada pelas instituições financeiras. O órgão condicionou dar garantia à operação apenas a um custo de 120% do CDI. A diferença, segundo simulação do **economista Alex Agostini, da Austin Rating**, é estimada em R\$ 458 milhões.

Segundo Agostini, o empréstimo custaria R\$ 23,895 bilhões ao final, considerando juros de 136% do CDI. Se a operação ocorresse com juros de 120% do CDI, o custo total seria de R\$ 23,436 bilhões, uma diferença de R\$ 458 milhões.

A conta leva em consideração que o CDI deve encerrar 2025 em 14,32%, que os pagamentos seriam feitos nas condições e prazos impostos pelos bancos: prazo de pagamento proposto de 15 anos, com três anos de carência para pagamento dos juros.

Já a liberação dos recursos aconteceria em três parcelas, a primeira, de R\$ 10 bilhões, até o fim deste ano e as demais, de R\$ 5 bilhões cada, em 2026.

O **economista-chefe da Austin Rating**, no entanto, ressalta que essa diferença de custos poderia aumentar, ao incluir o pagamento de tributos, como o Imposto sobre operações financeiras (IOF).

— *Esses são números brutos, tem a incidência de outros impostos que implicam nas operações e podem levar essa taxa efetiva a um valor ainda maior* — explica.

A contratação da operação de crédito foi aprovada pelo Conselho de Administração da estatal no último sábado. No dia, em comunicado aos funcionários, a empresa havia dito, contudo, que as "condições financeiras da operação" ainda estavam sendo tratadas com os bancos envolvidos.

Agora, porém, a nova direção da estatal vai avaliar alternativas e tentar negociar melhores condições com os bancos, uma vez que a garantia da União diminui os riscos da operação.

Segundo **Agostini**, o caminho para a reestruturação da estatal passa por uma espécie de parceria público-privada dos serviços de entrega.

— *O governo poderia fazer como ocorre nas estradas federais, ou seja, "concessões de trechos das rodovias", porém, no caso dos Correios seria "Concessões de CEPs". Ou seja, as entregas são feitas por CEPs e há lugares que a iniciativa privada não entrega por conta do custo. Os melhores CEPs poderiam ser "concedidos à iniciativa privada", e os endereços que não tivessem adesão, o governo ficaria responsável* — explica o especialista.